

Arquivos definitivos na WEB: que futuro?

Rafael António

Consultor

E-mail: rafael.antonio@sapo.pt

Andreia Silva

Arquivista

E-mail: andreia.silva.c@gmail.com

RESUMO

A evolução ocorrida nos últimos 20 anos em Portugal é apresentada tendo em vista compreender os impactos que podem levar ao estabelecimento de estratégias para abrir os arquivos municipais à comunidade, para lá das barreiras físicas.

Por esse motivo aborda-se a Gestão Integrada dos Arquivos, desde a fase genésica até à custodial pois, de outra forma, não será possível contextualizar os possíveis impactos organizacionais e tecnológicos decorrentes do tempo de vida dos documentos de arquivo.

São descritos alguns dos mais recentes factos, que irão permitir um outro quadro futuro para os Arquivos Definitivos, como a especificação MoReq2100, a Macro Estrutura Funcional da Administração Central do Estado (MEF) e a Lei 36/2011.

Parte-se então para uma visão do novo contexto que a Revolução Digital irá permitir materializar, relativamente aos anseios da Revolução Francesa, de abrir os arquivos aos cidadãos. A noção de transparência que está implícita tem a ver com a possibilidade de usar a tecnologia mais avançada, incluindo a conhecida por WEB 2.0, para melhorar os serviços prestados pelos arquivos e atingir directamente a comunidade que servem.

Mas será que nas actuais condicionantes económicas do país será viável a inovação e o desenvolvimento?

Esta é a resposta que se procura na parte final com a descrição de experiências realizadas recentemente em Portugal, usando o programa ICA-AtoM. São explicadas as suas características com algum detalhe e o potencial que representa para o futuro dos arquivos definitivos na WEB.

PALAVRAS-CHAVE: Documento de arquivo, Arquivos digitais, MoReq2010, Software livre, Gestão documental, Arquivos 2.0, ICA-AtoM.

A GESTÃO INTEGRADA DOS ARQUIVOS

A evolução dos Arquivos Municipais, ocorrida nos últimos 20 anos em Portugal, centrou-se principalmente na organização dos fundos documentais e na modernização das instalações mas, na maioria dos casos, houve sempre uma grande separação entre os arquivos correntes e os definitivos.

O recurso a ferramentas informáticas para disponibilizar a informação dos seus catálogos nem sempre foi possível quer por falta de soluções normalizadas quer por limitações de índole orçamental. Não obstante o mercado nacional de aplicações neste domínio ter vindo a crescer constata-se que, depois da ARQBASE, não surgiram soluções de uso universal e gratuito e nalguns casos houve mesmo certo distanciamento das boas práticas, recomendadas pelo CIA.

Actualmente, a disponibilização da informação através de guias, inventários ou catálogos deixou de ser a forma privilegiada de comunicação perante os novos meios, particularmente quando pensamos na mudança ocorrida com a utilização alargada da WEB e das redes sociais.

Por isso a opção mais imediata consiste em adicionar uma ligação ao programa de descrição do arquivo e assim se considera estar presente na Internet. Torna-se necessário compreender o que precisamos de fazer no futuro se queremos mesmo abrir os arquivos municipais à comunidade, para lá das barreiras físicas. Isto é, temos de integrar as aplicações de descrição de arquivo com todos os outros serviços destinados a responder às necessidades dos utilizadores, em vez de ficar por abordagens individuais como se tratassem de realidades diferentes.

Os arquivos municipais deverão oferecer, através da WEB, todas as suas valências de uma forma integrada combinando funções próprias da descrição e gestão dos documentos de arquivo com soluções de gestão de conteúdos através da nova visão dos Arquivos 2.0.

Antes mesmo de abordar este objectivo principal é importante realçar as mudanças ocorridas nos anos mais recentes e que condicionam futuras decisões neste domínio. A mais significativa tem a ver com a defesa de uma Gestão Integrada dos Arquivos, desde a fase genésica até à custodial pois, de outra forma, ignorando-se o ciclo de vida dos documentos de arquivo não se tem em conta os impactos organizacionais e tecnológicos decorrentes do seu alargado tempo de vida.

As questões de preservação e gestão dos depósitos surgem aqui com particular relevo porque, conforme se apresenta na figura seguinte, o volume das massas documentais nos arquivos definitivos apenas corresponde a uma pequena percentagem de todos os documentos recebidos ou produzidos por cada instituição. Logo, existem aspectos prévios à avaliação e transferência que, se não forem respeitados no momento da produção, poderão implicar elevados custos a montante ou mesmo perda de documentação significativa.

Na designação do MoReq2010 a palavra ‘Modelo’, das anteriores versões, foi substituída por ‘Modular’ realçando a sua estrutura que decorre da identificação das exigências principais, comuns à maioria das organizações, deixando que requisitos específicos possam ser incorporados de forma separada para responder às necessidades de cada realidade concreta. Assim, garante-se uma maior longevidade desta especificação pois as novas necessidades podem ser incorporadas sem ter de se alterar todo o corpo principal.

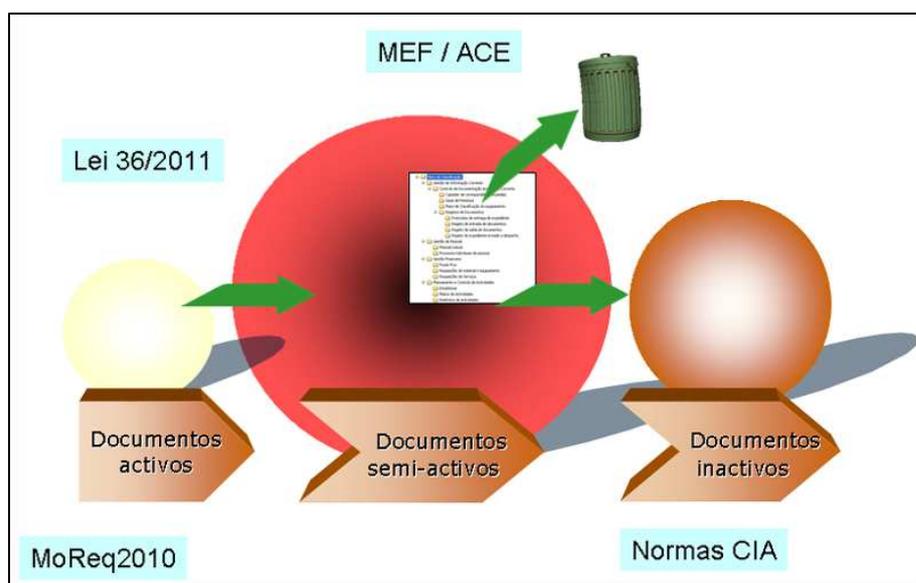


Figura 1: Ciclo de vida dos documentos de Arquivo

Também a metainformação que é registada inicialmente fará toda a diferença, no que respeita à interoperabilidade e à migração de sistemas, e poderá inviabilizar, anos mais tarde, uma transferência automática dos registos para as aplicações de descrição de arquivo definitivo.

Os aspectos aqui referidos adquirem uma dimensão muito maior nos ambientes onde irão predominar os Documentos de Arquivo Electrónicos mas, infelizmente, ainda se verifica algumas vezes abordagens simplistas e grosseiras que também cabem na denominação genérica de “Gestão Documental”.

Por isso devemos salientar aqui alguns dos mais recentes factos que irão permitir um outro quadro futuro para os Arquivos Definitivos: a especificação MoReq2100, a Macro Estrutura Funcional da Administração Central do Estado (MEF) e a Lei 36/2011.

A nova versão dos Requisitos Modulares dos Sistemas de Gestão de Documentos de Arquivo, denominada MoReq2010, esteve em discussão e análise pública até finais de 2010 e foi divulgada em Maio de 2011, no DLM-Forum realizado em Budapeste. Após esta especificação de base irão agora ser lançados outros módulos, de extensão, bem como uma bateria de testes necessários à certificação das aplicações.

Trata-se de uma mudança profunda relativamente às anteriores especificações existentes, pois alarga a todos os sistemas de informação a possibilidade de integrar funcionalidades até aqui identificadas como restritas da área da gestão documental.

Os conceitos passam a ser comuns a todas as aplicações existentes numa organização, respeitando a sua heterogeneidade, permitindo-se a captura dos registos a partir dessas aplicações para um repositório central ou deixando que sejam estas a implementar a gestão dos documentos de arquivo que são produzidos no decorrer do funcionamento de cada uma.

Foi por isso necessário estabelecer a possibilidade de, em vez da interface de utilizador, existir também uma interface programática - API (*application programming interface*), que permitia a integração dos sistemas que os utilizadores já utilizam no desempenho de outras actividades específicas (Recursos Humanos, Finanças, Aprovisionamento, etc.).

Em vez da visão centrada num modelo específico da gestão de documentos de arquivo o objectivo foi encontrar as especificações das funcionalidades fundamentais que podem ser incorporadas e certificadas para qualquer aplicação, mesmo que destinada a outros fins. O que importa é salvaguardar os princípios e boas práticas expressas pela norma ISO 15489 / NP 4438 qualquer que seja o sistema de informação onde são produzidos documentos de arquivo.

Aqui surgem vários desafios, particularmente semânticos, pois é necessário uniformizar a própria maneira de organizar e descrever o contexto e conteúdo sem deixar de garantir que cada um tenha a capacidade de aplicar classificações, regras de acesso, prazos de retenção e rotinas de auditoria de eventos sobre o que acontece a esses registos. Subjacente a tudo isto estão sempre as exigências de migração e interoperabilidade, pois nunca podemos esquecer a duração do ciclo de vida dos documentos de arquivo.

As funcionalidades principais que um Sistema de Gestão de Documento de Arquivo deve possuir, ficam melhor estabelecidas com o MoReq2010 sendo um contributo para definitivamente se compreender o que as aplicações denominadas de Gestão Documental deverão passar a incluir:

Gestão de utilizadores e grupos (serviço de utilizadores e grupos) - destinado ao estabelecimento das regras e permissões de utilização individual;

Gestão de perfis (serviço de perfis) – destinado à atribuição dos papéis desempenhados pelos utilizadores e respectivos grupos;

Gestão do Plano de Classificação (serviço de classificação) – destinado ao estabelecimento das regras de retenção das agregações e dos registos;

Gestão dos documentos de arquivo (serviço de registos) - que constitui o foco principal de todas as funcionalidades, sendo o módulo de distinção que garante a gestão dos registos e o estabelecimento de agregações;

Gestão dos metadados (serviço de metadados) – através do qual são mantidos os metadados sobre objectos e formulários existentes no sistema;

Gestão dos prazos (serviço de calendário da retenção) - que permite o estabelecimento e gestão do calendário de avaliação e eliminação;

Gestão das existências (serviço de eliminação) - através do qual é possível aplicar diferentes regras de retenção quando, por exemplo, se sobrepõem aspectos de litigância ou prova em tribunal;

A Gestão do sistema (serviços do sistema) que oferece a capacidade de manter históricos de eventos relativos a todos os objectos existentes, a Gestão da pesquisa e relatórios destinada ao acesso e procura das entidades criadas e a Gestão da exportação (serviço de exportação) constituem as restantes funcionalidades que são necessárias para que uma aplicação seja considerada em conformidade com o MoReq2010. De salientar que só através dos futuros testes de conformidade será possível garantir a compatibilidade que, mais tarde, venha também a ser aceite por outras especificações internacionais como seja o caso da DoD 515.2 e tornar possível indicar que um sistema é compatível com esta especificação do EUA.

O MoReq2010 traz consigo importantes modificações ao anterior paradigma historicista que moldou as práticas profissionais. Desde logo ao propor uma organização dos documentos de arquivo segundo “agregações” que podem ter como critério de arrumação os processos / actividades, assuntos, pessoas, tipologias, etc.

Por outro lado faz uma separação clara entre a Classificação – metadado fundamental para a gestão dos prazos de retenção e as Agregações - que passam a

constituir a forma de arrumação dos documentos de arquivo.

Isto vai implicar um novo mapeamento, na passagem dos documentos para arquivo definitivo, de forma a estabelecer, por exemplo, a correspondência com os níveis de descrição e a aplicação da norma ISDF, relativamente à classificação. Mais ainda, o MoReq2010 preconiza que a classificação atribuída aos documentos e à agregação onde estes se integram possam ser diferentes, admitindo assim diferentes prazos de retenção (caso em que a eliminação da agregação só é possível depois do último documento ter sido eliminado).

A importância dada ao Plano de Classificação, enquanto referencial das políticas de retenção, encontra na Macro Estrutura Funcional (MEF) a estrutura semântica adequada para uniformizar a classificação dos documentos produzidos pelos serviços e organismos da Administração Central do Estado (ACE). O projecto em curso no ano de 2011, coordenado pela DGARQ, vai permitir uma nova dinâmica entre as instituições da ACE e terá, para além disso, grande impacto em todos os arquivos portugueses.

Mesmo que existam reservas quanto à sua aplicabilidade é muito importante aceitar este modelo enquanto referencial para o desenvolvimento dos Planos de Classificação Funcionais que todos pretendem atingir.

A MEF / ACE visa, em termos gerais:

- Garantir a interoperabilidade semântica nas trocas documentais entre os serviços da ACE,
 - Disponibilizar um modelo de classificação (sintaxe e significado) passível de ser compreendido da mesma forma pelas distintas entidades envolvidas (ACE);
 - Assegurar a utilização de uma única estrutura para classificar e organizar a documentação da ACE, facilitando o acesso à informação;
- e poderá ser uma contribuição relevante para a transparência na Administração, objectivo comum que está na essência dos arquivos.

Refira-se que este trabalho é também um importante contributo para a divulgação das metodologias de elaboração de planos de classificação funcionais, que pretendem representar as funções e os processos de negócio de diferentes organizações, em vez das clássicas abordagens temáticas.

Apesar de, à partida, poder ser visto nas instituições como um instrumento de trabalho reivindicado pelos arquivistas a sua utilidade quanto à forma de pensar as actividades realizadas tem um impacto significativo na cultura e no funcionamento de cada unidade orgânica. A abordagem funcional, através da identificação dos “processos de negócio” de uma organização, pode parecer complexa mas decorre de uma perspectiva mais vasta de constante transformação organizacional.

Sabemos que esta abordagem por processos, destinada a servir como referência a uma Macro estrutura Funcional que enquadra os consequentes Planos de Classificação Funcionais, é um desafio metodológico importante particularmente quando a tradição neste domínio tem privilegiado taxonomias orgânicas e temáticas. Por isso

mesmo se deve ressaltar que, mais do que instrumento de pesquisa ou de agregação, uma Classificação constitui um metadado essencial para o ciclo de vida dos documentos de arquivo ao permitir implementar as políticas de avaliação e segurança documental.

Esta faceta diferenciadora é tanto mais ressaltada quanto caminhamos de forma acelerada para ambientes digitais, onde estão disponíveis formas sofisticadas de pesquisa e recuperação da informação e a arrumação física dá lugar a estruturas lógicas onde os objectos digitais coexistirão através de hiper ligações que os agregam segundo as mais variadas facetas. Por estes motivos, esta pode ser a oportunidade de conseguir um modelo conceptual que parte dos processos para chegar ao elemento nuclear - a informação de arquivo e, desta, para o sistema de informação que a vai suportar.

Finalmente destaques a publicação recente da Lei N.º 36/2011, que vem responder aos anseios e preocupações de todos os que se preocupam com a interoperabilidade entre sistemas.

O seu objectivo é estabelecer a adopção de normas abertas para a informação em suporte digital na Administração Pública, promovendo a liberdade tecnológica dos cidadãos e organizações e a interoperabilidade dos sistemas informáticos do Estado.

Para este efeito considera “norma aberta” a norma técnica destinada à publicação, transmissão e armazenamento de informação em suporte digital que tenha obtido um largo consenso público, exista um documento publicado de especificações livremente disponibilizado e não hajam restrições quando ao direito de propriedade.

Importa aqui destacar a obrigatoriedade expressa no seu Artº 4º, relativa à “...aplicação de normas abertas em todos os documentos de texto em formato digital que sejam objecto de emissão, intercâmbio, arquivo e ou publicação pela Administração Pública.”

Estamos perante o possível início de uma das maiores transformações em matéria de protecção dos documentos de arquivo electrónicos pois, a partir de agora, deixa de ser possível continuar a ignorar esta obrigatoriedade relativa aos “documentos de texto em formato digital”. A preservação digital encontra aqui o reforço legal necessário para que no futuro os arquivos definitivos possam aceder de forma transparente a todos os documentos agora produzidos.

OS ARQUIVOS PARA LÁ DOS MUROS (WEB 2.0)

A preocupação de abrir os arquivos aos cidadãos teve a sua origem na Revolução Francesa mas diversas dificuldades administrativas e técnicas serviram como entrave, ao longo do tempo. Com a Revolução Digital estes entraves podem agora ser completamente eliminados sendo possível aproveitar as redes de comunicações para divulgar todas as informações pertinentes, quer sobre a natureza das colecções quer sobre as condições de utilização e acesso. Mas só a conversão das colecções físicas de documentos textuais, fotografias e materiais de áudio / vídeo para o formato digital permitem disponibilizar as fontes primárias

protegendo os documentos originais e abrindo os arquivos para lá dos seus muros.

O acesso aos documentos de arquivo deixa assim de ser privilégio de um grupo restrito de investigadores para oferecer a consulta em simultâneo, por qualquer cidadão, de forma rápida e abrangente em qualquer lugar e a qualquer momento.

A noção implícita nesta abordagem tem a ver com a possibilidade de usar a tecnologia mais avançada, incluindo a conhecida por WEB 2.0, para melhorar os serviços prestados pelos arquivos e atingir directamente os seus leitores e investigadores, em suma, a comunidade que servem.

Constata-se actualmente que existe uma nova geração de comunidades suportadas pela Internet com outros hábitos de acesso à informação através das redes sociais, wikis e blogs, que tendem a facilitar a colaboração e partilha do conhecimento universal.

Este novo contexto pode englobar várias dimensões:

Centrada nos utilizadores, através da sua maior participação na criação de conteúdos e uso de novos serviços. Ultrapassando o mero acesso aos catálogos oferecem novo dinamismo à relação entre o arquivo e o leitor onde o papel de ambos se complementa.

Aplicada aos recursos digitais qualquer que seja o formato disponível e alargado aos novos ambientes hiper textuais, com particular destaque para o som e imagem. Através do recurso a protocolos de comunicação, como OAI-PMH, obter-se-á a informação em tempo oportuno acedendo de forma transparente aos repositórios digitais disponíveis e libertando os técnicos do arquivo para uma efectiva gestão dos conteúdos.

Integrada na rede social dos seus leitores para que estes possam comunicar tanto de forma síncrona como assíncrona criando um novo espaço de pesquisa e leitura dos documentos fora dos muros físicos das instalações do arquivo;

Orientada para inovar a forma como se presta o serviço e torna eficiente a utilização da informação disponível através da melhoria contínua das suas práticas ao considerar a importância da participação de toda comunidade.

Estes objectivos, para serem conseguidos, implicam também um novo perfil de profissionais que, deixando de estar concentrados apenas nas tarefas de descrição e comunicação, passam a ficar mais disponíveis para uma efectiva gestão da informação existente. Enquanto facilitadores do acesso às fontes de informação podem também reduzir a iliteracia digital alargando o conhecimento de quem os procura.

No momento actual é natural que nos interroguemos perante estas hipóteses quase visionárias. Existirão soluções facilmente acessíveis e utilizáveis pelos profissionais de arquivo? No momento difícil que Portugal atravessa como se pode pensar em inovar sem incorrer em custos incomportáveis para os actuais orçamentos?

O futuro dos arquivos definitivos na WEB pode passar pelo recurso a soluções de software livre e normas abertas combinando a Gestão de Conteúdos com a Gestão das Descrições de Arquivo, através de soluções inovadoras. Estas soluções, já disponíveis, tornam possível um novo paradigma, em particular através do esforço internacional apoiado pelo CIA que levou à disponibilização do programa ICA-AtoM que vem sendo adoptado por várias instituições nacionais.

textual LUCENE para pesquisa em texto livre de todos os campos da descrição.

A denominação ICA-AtoM é o acrónimo para “*International Council of Archives – Access to Memory*”, em português “acesso à memória”. O acrónimo denota o objectivo para o qual o programa foi concebido: o acesso em ambiente WEB através de um sistema simples, genérico e normalizado de descrição arquivística



Figura 2: Página WEB do Centro de Arquivo e documentação da CGTP-IN

Já é possível tirar conclusões sobre desempenho do ICA-AtoM e da sua aplicabilidade em Portugal devendo referir-se aqui o trabalho experimental de descrição realizado pelos alunos do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ica.cataloglab.com) e o projecto do Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN (<http://cad.cgtp.pt/>), inaugurado recentemente.

O ICA-ATOM

A aplicação informática ICA-AtoM foi patrocinada pelo Conselho Internacional de Arquivos em colaboração com a UNESCO, o Banco Mundial, a Direcção de Arquivos de França, a Escola de Arquivos de Amsterdão, o Centro de Documentação dos Emirados Árabes, Arquivos Nacionais do Canadá, entre outras entidades arquivísticas de renome.

A primeira versão desta aplicação foi apresentada em Julho de 2008, tendo de seguida sido sujeita a um período experimental de testes e vindo a sofrer melhorias e actualizações posteriores estando disponível actualmente para utilização livre numa versão estável (1.1). Funcionando totalmente em ambiente WEB, o ICA-AtoM é uma aplicação *open source*, desenvolvida na linguagem PHP e usando a base de dados MYSQL para armazenamento de dados e o motor de pesquisa

O ICA-AtoM é uma aplicação informática de descrição de arquivo definitivo baseada nas normas descritivas emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, nomeadamente:

- **ISAD (G)**, *Norma Internacional para a Descrição Arquivística*;
- **ISAAR (CPF)**, *Norma Internacional para os Registos de Autoridade relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias*;
- **ISDIAH**, *Norma Internacional para a descrição de Instituições com acervo Arquivístico*;
- **ISDF**, *Norma Internacional para a Descrição de Funções*.

No entanto, esta aplicação faculta igualmente a utilização de outras normas e formatos de descrição existentes, nomeadamente, o *Canadian Rules for Archival Description (RAD)*, o *Dublin Core Metadata Element* (versão 1.1) ou a *Encoded Archival Description (EAD)*, relevando a preocupação do Conselho Internacional de Arquivos em criar um sistema acessível a todos os repositórios arquivísticos.

O objectivo final é permitir a utilização integrada e interrelacionada das várias normas, proporcionando a interligação e a partilha entre os registos descritivos associados a cada uma delas. Neste sentido, e sendo uma aplicação baseada em regras descritivas, o sistema

apresenta as zonas e os campos das normas do Conselho Internacional de Arquivos de forma bastante compreensível e acessível ao utilizador, mesmo para quem não disponha de formação tecnológica específica.

O ICA-AtoM permite a criação de registos arquivísticos tendo por base o modelo estrutural da descrição multinível do fundo e promovendo dois dos conceitos basilares da arquivística: o princípio da proveniência, assente no respeito pela autonomia de cada fundo e na renúncia em incorporar documentos de fundos distintos, e o princípio do respeito pela ordem original do fundo, assente na percepção de que os documentos devem manter a organização estabelecida pela entidade produtora.

O ICA-AtoM dispõe igualmente de campos para a introdução de informações gerais ou históricas relativas às instituições detentoras de fundos arquivísticos. E, tal como nos registos de autoridades arquivísticas e de funções, a aplicação permite a uniformização das descrições de instituições, assim como o controlo da informação relativa a entidades que lhe possam estar associadas, quer sejam instituições culturais, famílias ou pessoas singulares.

Acrescente-se que tanto os registos de autoridades arquivísticas, como a descrição das instituições e das funções podem ser utilizados como pontos de acesso, também associados a grupos taxonomicos existentes no ICA-AtoM.

The screenshot displays the 'Visualizar descrição arquivística' (View archival description) page for 'Documento 28844 - Escritor Miguel Torga'. The interface includes a central photograph of Miguel Torga at a desk, a hierarchical tree on the right, and a detailed metadata table at the bottom left.

Zona de identificação	
Código de referência	PT TT SNI-ARQF-DO-002-007-28844
Título	Escritor Miguel Torga
Data(s)	[c. 1980] (Produção)
Nível de descrição	Documento
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou suporte)	1 documento fotográfico (positivo, papel de revelação, p/b, 13x18 cm)

The right-hand side of the interface shows a hierarchical tree structure for the 'Fundo' (Fund):

- Produtor
 - SNI: 1933-1974
- Fundo
 - Fundo SNI - Secretariado Nacional de Informação
 - Subfundo ARQF - Arquivo Fotográfico
 - Série DO - Documental
 - Subsérie 002 - Fotos pessoais e iconografia
 - Subsubsérie 007 - Escritores e poetas
 - Documento 28813 - Escritor Miguel Torga
 - Documento 28844 - Escritor Miguel Torga**

At the bottom right, there is an 'Exportar' (Export) section with options for 'Dublin Core 1.1 XML' and 'EAD 2002 XML'.

Figura 3: Trabalho académico (ica.cataloglab.com)

Para o registo de autoridades arquivísticas o objectivo principal da aplicação ICA-AtoM é a possibilidade de normalização e controlo descritivo dos produtores, evitando a duplicação de entradas. O sistema também pretende esclarecer as várias relações existentes entre os autores e os documentos por eles produzidos, bem como sobre o contexto de criação do documento.

Similarmente, o ICA-AtoM permite a elaboração de um conjunto normalizado de funções, facilitadores da compreensão das circunstâncias em que o documento foi produzido e como foi utilizado. Esta normalização das funções e subfunções pode ser observada como uma ferramenta útil ao exercício de algumas tarefas de arquivo (tal como a classificação e a avaliação), facultando a identificação da proveniência dos documentos e a sua recuperação. Nesse sentido, a aplicação ICA-AtoM possui diversas componentes vantajosas para a actividade arquivística.

Os pontos de acesso permitem tanto a recuperação simples de informação como a recuperação booleana através da caixa de pesquisa disponível no programa. As taxonomias podem ser constituídas por um conjunto de termos normalizados, apresentados como listas de opções que visam uniformizar as entradas de dados, ou um vocabulário controlado, editável e pesquisável (Thesaurus).

Além das características comuns a outros sistemas informáticos de descrição arquivística, o ICA-AtoM dispõe de algumas aplicações bastante apelativas. Tais como a possibilidade de copiar um registo (impedindo a repetição do Código de Referência), de movê-lo, de o associar a uma unidade de instalação específica ou, especialmente, de poder agregar objectos digitais à descrição. A presente aplicação ao facultar o acesso permanente a uma reprodução fidedigna e de alta resolução do original, possibilita a conservação /

preservação dos documentos históricos em ambiente controlado.

Este entendimento abrangente da informação, tanto descritivo como visual, pretendido pelo ICA-AtoM faculta a descrição a outros géneros de recursos e / ou suportes, como a fotografia, o vídeo ou os objectos museológicos.

A aplicação ICA-AtoM dispõe ainda de um interface de tradução que permite o funcionamento multilingue associado ao sistema. Esta particularidade tem a vantagem de permitir a visualização da página inicial e do ambiente de trabalho no idioma nacional, a tradução dos conteúdos das páginas estáticas, dos menus e outros elementos do interface, bem como a criação ou tradução de descrições arquivísticas.

Sendo uma aplicação multilingue, o programa ICA-AtoM faculta o acesso à informação em qualquer idioma, estando actualmente apta a incorporar cerca de dez idiomas distintos. Esta característica sublinha a vontade do projecto ICA-AtoM em criar um sistema de informação arquivística internacional patenteado na existência de uma base de dados global e acessível a todos. A principal vantagem contida nesta visão do Conselho Internacional de Arquivos é o acesso ao utilizador de uma quantidade de informação maior.

O acesso à informação na aplicação ICA-AtoM passa também pela capacidade das instituições poderem importar ou exportar as suas descrições arquivísticas em ficheiros XML (EAD) ou OAI. O sistema faculta a transferência dos registos de autoridades arquivísticas, das descrições de instituições e dos termos taxonómicos associados a cada descrição arquivística, permitindo conservar as relações e hierarquias existentes.

Saliente-se a particularidade pouco comum da aplicação ICA-AtoM poder ser utilizada como plataforma descritiva de uma única instituição arquivística, ou poder ser utilizada como plataforma multi-institucional definida como um espaço WEB onde coexiste uma lista de registos arquivísticos provenientes de diferentes entidades. Neste contexto, o programa facilita a adição e personalização dos diferentes perfis de utilizador, possibilitando a associação de um arquivista somente a um único tipo de descrição, a um fundo específico ou a uma única instituição arquivística.

A pretensão de abranger inúmeras entidades arquivísticas passa igualmente pela capacidade de cada instituição poder ter um controlo total do seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, o programa disponibiliza o menu administrativo, visível unicamente ao utilizador com esse perfil e que dispõe de um conjunto de opções que permitem adaptar o ICA-AtoM às características funcionais da instituição.

A adaptação do programa a cada instituição arquivística reveste-se na capacidade de personalizar a aparência

inicial do aplicativo, possibilitando de forma simples a adição de informações institucionais ou a futura introdução do logótipo da entidade arquivística.

A administração da aplicação ICA-AtoM permite ainda, de acordo com a realidade uni ou multi-institucional, gerir os diferentes perfis de utilizadores disponibilizados pela aplicação, bem como adicionar novos perfis.

Por último, devemos destacar sucintamente o grande objectivo deste programa – o acesso à memória das sociedades consubstanciado nos seguintes princípios:

- disponibilização em linha das descrições dos fundos das entidades, sobretudo daquelas com menos recursos financeiros para o fazer;
- criação de registos descritivos de acordo com as normas emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos;
- criação de um vocabulário controlado (tesauro) através de taxonomias
- uso de registos e de menus em várias línguas para um acesso universal;
- completamente baseado num ambiente WEB, de acessibilidade simplificada e utilização amigável e intuitiva;
- flexível e adoptável por pequenas, médias ou grandes instituições suportando a integração de repositórios simples ou múltiplos através da importação de registos.

Com tais pressupostos a sua adopção pelos arquivos municipais permitirá alcançar a tão desejada rede, não apenas física, mas colaborativa e de partilha de informação, nomeadamente através de:

- partilha aberta de experiências técnicas;
- promoção de boas práticas de utilização e de melhoria profissional e contínua;
- nivelamento da tecnologia *web*, para melhoria dos programas utilizados pelas entidades arquivísticas;
- fornecimento de soluções para as organizações com recursos financeiros e técnicos limitados;
- entajuda através da participação activa das organizações com maiores recursos financeiros e técnicos;
- criação de uma base comum para a colaboração interdisciplinar com comunidades relacionadas.

Numa visão geral, a aplicação ICA-AtoM pretende corresponder às especificidades e às necessidades da sociedade tecnológica que funciona cada vez mais em rede, independentemente do espaço e do tempo (*cloud computing*). Nesse âmbito, tem vindo a aperfeiçoar algumas das propostas estabelecidas pelo MoReq2010, no que respeita à Gestão Documental em ambiente WEB, bem como relativamente à migração e interoperabilidade da informação.

REFERÊNCIAS

ANTÓNIO, Rafael – Desafios Profissionais da Gestão Documental. Lisboa: Colibri, 2009. Prémio Raul Proença 2008 da APBAD.

ANTONIO, Rafael; SILVA, Carlos Guardado - Organização de arquivos definitivos: Manual ARQBASE. Lisboa: Colibri, 2006.

ANTONIO, Rafael; SILVA, Andreia Cunha da; PAES, Alexandre – Guia Prático ICA-AtoM. Lisboa: CGTP-IN - Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBCJ – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISDF: Norma internacional para descrição de funções: elaborada pelo Comité de Boas Práticas e Normas. Dresden, Alemanha, 2007 [Em linha]. [Consultado 16 Mai. 2008]. Disponível em WWW URL:<http://www.ica.org/en/node/38667>.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. *Macroestrutura funcional: pressupostos básicos*. Lisboa, Direcção Geral de Arquivos, 2011. [Em linha]. [Consultado 2 Ago 2011]. Disponível em WWW <http://dgarq.gov.pt/files/2011/03/Macroestrutura-funcional-MEF-Pressupostos-b%C3%A1sicos-2011.pdf>.

DLM Forum Foundation. MoReq2010® - Modular Requirements for Records Systems, Volume 1 - Core Services & Plug-in Modules. [Em linha]. [Consultado 5 Setembro 2011]. Disponível em [http://moreq2010.eu/pdf/MoReq2010-Core+Plugin\(v1-0\).pdf](http://moreq2010.eu/pdf/MoReq2010-Core+Plugin(v1-0).pdf).

FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena; ANTONIO, Rafael - ARQBASE [Texto fotocopiado]: metodologia da descrição arquivística para tratamento automatizado de documentação histórica. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1989.

GARDEREN, Peter Van – “The ICA-AtoM Project and Technology”. Association of Brazilian Archivists, Third Meeting on Archival Information Databases. Rio de Janeiro, Brazil, 16/17 March 2009. [Em linha]. [Consultado 5 Junho 2011]. Disponível em WWW: http://ica-atom.org/VanGarderen_TheICA-AtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. ICA-AtoM: Open Source ArchivalDescription Software. [Em linha]. [Consultado 5 Junho 2011]. Disponível em WWW: <http://ica-atom.org/>.

Lei n.º 36/2011, de 21 de Junho de 2011, *Diário da República*, Iª Série, n.º 118.